

## ATA DA 133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-MS, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2022, NO AUDITÓRIO DA MS GÁS.

Aos sete dias do mês de abril de 2022, realizou-se a 133ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul - CEC/MS, no Auditório da MS GÁS, Avenida Ministro João Arinos, 2.138 – Bairro Tiradentes, em Campo Grande/MS. Participaram os seguintes Membros: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito; **Marcia Helena Mello Santana** - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul/SANESUL; **Pedro Paulo Gasparini** – Defensoria Pública Estadual/DEP-MS; **Thiago Barros de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Luiz Antônio Lemes de Oliveira** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de MS – CREA/MS; **Aquino Pereira de Oliveira** – Prefeitura Municipal de Figueirão; **Vera Cristina Galvão Bacchi** – Prefeitura Municipal de Campo Grande; **Edson Ageo Maidana Nunes, Valdo Pereira de Souza, Elza Alves de Matos, Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Sânia da Silva Gomes** – Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Kelly Cristina Hokama** - Sindicato dos Arquitetos de MS/SINDARQ-MS; **Jorge Tadeu Mastela de Almeida** – Sindicato dos Engenheiros de MS – SENGE/MS; **Kely de Paula de Oliveira** - Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul/SINDUSCON; **Dirceu de Oliveira Peters** – Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/MS; **Mateus Boldrine Abrita** – Universidade Estadual de MS – UEMS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-MS; **Tânia Marques e César Magalhães** - Secretaria Executiva do CEC. Como convidados: **Erica Naomi Saito e Yuri G. Gomes Ribeiro** – Instituto de Conservação de Animais Silvestres – ICAS; **Pedro Celso O. Fernandes** – Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos – AGEHSUL/MS; **Pedro Ayres** - Universidade Estadual de MS – UEMS. A 133ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Posse de Conselheiros; Apresentação do “Projeto Estada Viva”, desenvolvido pelo Governo do Estado de MS, por intermédio da SEINFRA, AGESUL, UFMS e outras Instituições; Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes**: Não houve informes por parte dos presentes. A **Senhora Maria do Carmo** solicitou aos Conselheiros que as Reuniões do CEC/MS, acompanhasse o calendário do CONGFEHIS/MS, ou seja, Reuniões bimestrais. Os Conselheiros presentes concordaram e a partir desta data, durante este ano de 2022, as Reuniões serão bimestrais. Posteriormente, após passar totalmente esse problema de pandemia voltarão a se reunir mensalmente. Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo** passou para a **Posse de Conselheiros**: Deu Posse ao Senhor **Thiago Barros de Matos**, representante da Caixa Econômica Federal/CEF. O Conselheiro após ter tomado Posse manifestou a alegria e satisfação em ser Membro do

Conselho, principalmente por estar substituindo seu pai (Paulo César Matos). Que a Senhora Maria do Carmo tem sido muito atuante nesse assunto de Habitação de Interesse Social em nosso Estado e que ele veio para somar esforços. Dando continuidade, a **Senhora Maria do Carmo** passou a palavra para os palestrantes para a Exposição do “Projeto Estada Viva”. Primeiramente o **Senhor Pedro Celso** fez uso da palavra: Elucidou que o **Projeto Estada Viva** vem sendo desenvolvido desde o ano de 2015. Que o Projeto surgiu em decorrência de uma ação judicial que tramitava na Comarca do município de Coxim-MS, devido a pavimentação da BR 359, rodovia de Coxim à Alcínópolis. Na época, houve a transferência do IBAMA para IMASUL a competência de emitir o licenciamento, apesar de ser uma BR. Após conclusão da obra, houve contestação do Ministério Público Federal, dizendo que o licenciamento deveria ser através do IBAMA e não do IMASUL, e que a AGESUL deveria ser responsável pelo monitoramento de acidentes com animais silvestres. Imediatamente foi realizado convênio com a UEMS para realizar esse monitoramento, tendo em vista que eles têm corpo técnico (Professores, Biólogos, etc.). Transcorrido um ano, não houve nenhum relatório, nenhuma manifestação por parte da UEMS. Em 2021 a AGESUL foi chamada na Assembleia Legislativa para esclarecimentos quanto a esse trabalho. A partir desse momento o Projeto deu uma deslançada excelente, pois obtivemos estrutura para executar o Projeto. Foi realizado convênio com o 3º Setor, a AGESUL já tem 2 profissionais/técnicos habilitados (Veterinários). Há uma base que opera no município de Bonito, outra em Aquidauana e a terceira aqui em Campo Grande. Temos 3 veículos e, foi confeccionado o manual técnico orientativo para os projetistas de rodovias para atentarem e levantarem a interface fauna/rodovia, ou seja, hoje para construção de uma rodovia começa a ser exigido um **Termo de Referência para os Estudos** relativos à fauna nos estudos ambientais de rodovia. Relatou ainda que temos como prioridade: **1)** a segurança do usuário; **2)** menos acidentes, menos procura de hospitais, menos gastos com médicos; **3)** proteção da fauna. Que os três itens se complementam: Ser humano, economia e fauna. Concluiu dizendo que existe um Programa denominado **MEG – Modelo de Excelência de Gestão**, instituído pelo Governo Federal, que avalia o desempenho de todos os Órgão que possuem CNPJ. Caso a avaliação não seja satisfatória, o Órgão não recebe recursos federais. Esse Programa ajuda a otimizar os recursos federais, bem como, ajuda nas mudanças que irão trazer um mundo melhor para futuras gerações. Agradeceu a oportunidade de expor o Projeto e passou a palavra para os representantes do Instituto de Conservação de Animais Silvestres - ICAS. Primeiramente, a **Senhora Érica** (Bióloga do ICAS) agradeceu a oportunidade de expor esse trabalho denominado Bandeiras e Rodovias, que visam estradas e rodovias mais seguras para todos. Elucidou que o Instituto trabalha com duas espécies super icônicas da nossa fauna que estão ameaçadas de extinção: tatu canastra e tamanduá bandeira, sendo o tamanduá bandeira o modelo para os estudos do Instituto. Informou que a cada um segundo 15 animais são atropelados, 1.296

animais atropelados por dia e, a estimativa anual de 500 mil animais atropelados e mortos nas rodovias, sendo um impacto muito grande para a fauna. Que o Projeto não visa somente a fauna, mas também a segurança viária. Que através de um monitoramento no estado de MS quinzenal em 4 rodovias, que representam somente 14% das rodovias, foram detectados 15 mil animais atropelados, considerado como grotesco e impactante. Informou ainda que 40% desses animais são de médio e grande porte (capivaras, antas, tamanduás). Que todos os estudos do Instituto, visam estratégias de mitigação, pois, desejam valorizar a conservação da biodiversidade, preservar o bem estar dos animais, fazer cumprir as normas legais do licenciamento e da Constituição, dentre outros. Que o Instituto tem um projeto denominado “**Projeto Fubá**”, em parceria com o DETRAN-MS, que visa contribuir para a educação ambiental mais sustentável, justa, e inclusivas, baseada em experiências que geram transformações individuais e coletivas. Explanou ainda que se for adotada uma medida de mitigação, como por exemplo o cercamento das áreas mais críticas de atropelamentos, esse retorno para sociedade é em médio prazo, falando em danos materiais. Já considerando danos físicos e morte, o retorno é ainda mais rápido! Reforçou que vale a pena insistir e investir nesse tipo de medida. Elucidou que quando se fala de medidas de mitigação, se fala em parcerias, motivo pelo qual essa oportunidade de expor para os Membros do CEC está sendo muito importante, pois estão criando e fortalecendo os espaços de diálogos. A **Senhora Erica** agradeceu a atenção de todos e passou a palavra para o **Senhor Yuri Ribeiro** que deu continuidade ao assunto, expondo que na primeira fase dos trabalhos do Instituto (ICAS), a prioridade foi ir a campo e coletar informações, certificar quais espécies estavam morrendo em nossas rodovias. Que na segunda fase, foi pensar quais atitudes tomariam com as informações colhidas, como esse estudo seria útil para a sociedade, que é o interesse principal. Que o objetivo geral das informações contidas no ICAS com o **Projeto Bandeiras e Rodovias** é trabalhar para que as informações coletadas sejam transformadas em estradas mais seguras e, transformar o MS em referência na mitigação das colisões veiculares com fauna através do envolvimento de diferentes atores nesse trabalho com a mitigação dos impactos das estradas na nossa biodiversidade e fauna em geral. Enfatizou que o lema do ICAS é cuidar da Fauna e cuidar da vida. O **Senhor Yuri Ribeiro** falou ainda que o trabalho do ICAS está distribuído dentro de uma série de objetivos que o intuito principal é trabalhar com a mitigação, levar e tratar o assunto junto aos municípios, junto ao estado, para verificar como é possível preservar nossa biodiversidade e nossa fauna. Demonstrou em gráficos os horários de pico (das 18:00 às 00:00) dos acidentes. Que nesses horários temos 96% de mais chances de colisões com a fauna. Outro estudo/gráfico apresentado foi a identificação dos trechos prioritários dentro do estado, onde as colisões podem ocorrer com grandes mamíferos, que representam maior risco para segurança humana. Enfatizou a importância do convênio com o DETRAN/MS, pois podem implantar ações e campanhas educativas.

Quanto a parceria com o IMASUL e AGESUL, também exaltou a grande importância, pois, uniram esforços para a vistoria no Parque do Prosa e Parque dos Poderes, elaboraram relatório com sugestões para implantação de medidas mitigadoras, além de escolherem juntos as áreas prioritárias. Com essas parcerias, os estudos e informações do ICAS estão se tornando algo útil para sociedade. Que também, estão firmando parceria com diversas ONG's dentre elas a ONG **"Bonito não Atropela"**, no município de Bonito/MS, onde já existe a medida de mitigação instalada. Esclareceu que estão desenvolvendo com o auxílio do IMASUL, um Termo de Referência para o Estado, estabelecendo referências e diretrizes para a mitigação. Anunciou que estão elaborando um Manual de Orientações Técnicas para Mitigação de Colisões Veiculares com Fauna Silvestre nas Rodovias Estaduais de MS, que é um compilado de informações úteis para os Órgãos Empreendedores, que poderá ser usado pelo Brasil inteiro. Que esse Manual foi uma conquista bem importante para o ICAS, junto a AGESUL. O **Senhor Yuri** falou também do Cadastro Único de Monitoramento de Fauna, que poderá ser acessado através do [www.estrada Viva.ms.gov.br](http://www.estrada Viva.ms.gov.br). Finalizando, expôs que embora estivessem na Reunião somente ele e a Érica, o grupo de trabalho é muito grande e todos estão à disposição para levar orientações à sociedade. Em seguida perguntou aos presentes se havia algum questionamento ou contribuições. O **Conselheiro Edson** Maidana perguntou se as novas rodovias estão sendo sinalizadas quanto aos cuidados com os animais que atravessam a pista. O **Senhor Pedro Celso** respondeu que o estado já está licitando e que até o mês de agosto/2022 já se iniciarão as sinalizações. Que ouviu um estudo juntamente com ICAS, pesquisas com caminhoneiros para definirem as placas mais eficazes. O **Conselheiro Valdo** exaltou a nova BR entre Costa Rica e Figueirão, onde já existe sinalização e passagens para fauna. A **Conselheira Kelly Hokama** comentou que no trabalho apresentado, os palestrantes falaram sobre tatu e tamanduá. Perguntou por que especificamente essas duas espécies, se trabalham com outras espécies, se trabalham com outras ONG's que atendem animais maiores ou menores. A **Senhora Erica** respondeu que o tatu canastra é um animal bem desconhecido e, é considerado um animal guarda chuva. Nas tocas dos tatus canastras, muitos animais se abrigam. Quanto ao Tamanduá bandeira, respondeu que foi devido a um estudo nas rodovias do estado de MS, realizado em 2013, para verificar a mortalidade das antas e tatus, e surpreendentemente, constataram que a maior mortalidade era do tamanduá bandeira. Daí surgiu a ideia de trabalhar com o tamanduá bandeira como modelo, porém, monitorando todas as espécies. Quanto a trabalhar com outras Instituições, esclareceu que existem muitas parcerias, porém, o que ainda não conseguiram, são parcerias para fazer o resgate de animais vítimas de atropelamentos, que estão agonizando nas estradas. Mas a equipe da AGESUL tem feito esse trabalho. O **Senhor Yuri** complementou a resposta dizendo que o tamanduá bandeira é uma espécie vulnerável, corre o risco de extinção, é uma espécie que muito se discute, mas há também outras espécies em estudo, como

por exemplo o lobinho, o jacaré. A **Senhora Maria do Carmo** perguntou como é possível diminuir o número de atropelamentos nas rodovias. A **Senhora Erica** respondeu que para grupo de animais, tem um tipo de medida de mitigação mais eficaz, que inclusive no Manual tem essa orientação. Exemplificou que para anta, para animais de grande porte, é importante que haja cercamento que vá bloquear o animal de entrar na pista, mas ao mesmo tempo, deve ter uma passagem por baixo da pista. Essas medidas, mudam o comportamento do animal. Mas também precisamos mudar o comportamento do condutor de veículos (radar, placas, conscientização ambiental etc.). O **Senhor Yuri** informou que através da identificação dos locais onde mais há mortes de animais, quais as espécies e, através desse levantamento estudar quais as medidas de mitigação mais adequadas para essas espécies. Que uma única ação não vai funcionar para todas as espécies. Tem que se pensar no que queremos e porque estamos implementando aquilo. A **Senhora Maria do Carmo** perguntou ainda se já houve um diagnóstico positivo com as medidas adotadas. A **Senhora Erica** respondeu que os estudos são recentes. Que no Brasil iniciou por volta de 2010, porém existem alguns estudos, por exemplo em São Paulo, depois da passagem de fauna e cercamento, os acidentes diminuíram cerca de 80%. Frisou que é necessário ter certeza dos pontos críticos, para que as medidas sejam eficientes, pois são despesas com dinheiro público. O **Senhor Pedro Celso** explicou que hoje são pavimentadas rodovias que já existem, que já tem revestimento primário, e antes da pavimentação ocorria um comportamento, após, é outro comportamento. A rodovia 345 (estrada que vai para Bonito), foi monitorada 3 anos, e tinha índice muito baixo de atropelamentos. Após a pavimentação, temos que tomar certas providências, porque naquele local tem muita anta e, é necessário fazer a adequação do projeto, que já havia sido licitado, e não havia contemplado a questão de fauna. A estrada do turismo em Bonito, da mesma forma, o projeto será adequado. Ressaltou que se um projeto de engenharia se atentar para a mastofauna, a fauna maior, a tendência é facilitar para a fauna menor. A **Conselheira Silvia** convidou os representantes do ICAS, para palestrarem para a Comissão de Meio Ambiente da OAB. Que o trabalho desenvolvido pelo Instituto demonstra a sensibilidade do ser humano, porque todos nós temos vida, e se temos vida, temos que preservar as outras vidas. O **convidado Fábio Aires** (professor da UEMS) relatou que a UEMS está trabalhando com pesquisas, e a pesquisa é o caminho correto que nos leva a assertiva, e as incertezas sempre nos coloca em cenário de dúvidas e ficamos mais suscetíveis ao erro. Informou que temos um instrumento que é Lei 3.839 de 2009, que institui o Plano de Gestão Territorial, que nos orienta e coordena a identificar as ocorrências de fauna. Colocou a UEMS a disposição para pesquisas e projetos e perguntou se o ICAS é uma ONG que agregou todos os outros projetos, ou são várias ONG's que fazem parte? A **Senhora Erica** respondeu que o ICAS é uma ONG que tem muitos parceiros. Quanto a projetos, o ICAS trabalha com esses dois grandes projetos: conservação do Tatú

canastra e Bandeiras e Rodovias. Que anteriormente faziam parte do IPÊ, que é um Instituto que tem inúmeras iniciativas, como por exemplo, o projeto das antas, dos macacos micos pretos etc. O **Conselheiro Luís Antônio** disse ter entendido que tudo tem partido da sociedade. Expressou que existe um clamor para esse assunto, pois constantemente vemos animais mortos nas rodovias. Que a Associação Brasileira de Normas Técnicas se atente para que no futuro tenhamos rodovias mais estruturadas. O **Conselheiro Edson Maidana** salientou que CCR MS Vias, hoje monitora toda a BR 163, e que os deputados poderiam estudar uma lei para que parte do valor arrecadado pelo pedágio seja revertido para a implantação de placas e sinalizações das rodovias. O **Conselheiro Aquino** manifestou que na rodovia Camapuã/Figueirão há muitos animais mortos na pista. Que em um ponto dessa pista, há a travessia de antas, e quando da construção da rodovia, será que houve um diagnóstico sobre a fauna daquele local? Complementou dizendo que os moradores das fazendas de determinado ponto, previam esses acidentes e que de fato, ocorreram, pois não há nenhuma sinalização de travessia de animais. Alertou ao representante da AGESUL e do ICAS, para que possam verificar a autenticidade dos fatos, para que tomem medidas cabíveis. Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo** passou para **Pauta para próxima Reunião**: Perguntou se os Conselheiros tinham sugestões para a próxima reunião. Vamos convidar um representante do Ministério para falar do PLANAB? Vamos falar sobre estrada ferroviária Noroeste do Brasil? Ou vamos apresentar o trabalho da Conselheira Kelly Hokama sobre Moradia de Interesse Social da década de 1980? Ficou acordado que seria a apresentação da Conselheira Kelly. Não havendo mais nada a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** agradeceu a todos e encerrou a reunião às 16:00 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**.